

DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA EM OBRAS LITERÁRIAS AFRICANAS E BRASILEIRAS

MARIA NAZARETH SOARES FONSECA*

RESUMO - O texto retoma reflexões sobre formas de interlocução entre Literatura e História, partindo da discussão de manifestações literárias publicadas em forma de poemas que se apropriam de material de pesquisa antropológica, cujas fontes são cuidadosamente indicadas no final do livro, tensionando o sentido de literatura como invenção. Em outro momento, são analisados um romance angolano, que encena fatos associados à presença de portugueses e holandeses na Angola do século XVII, e dois romances brasileiros que retratam a realidade das mulheres negras escravizadas no Brasil Colonial. Na análise dos romances brasileiros, procurou-se discutir as informações obtidas de historiadores e estudiosos e os processos que configuram, na encenação literária, a intenção de descrever a vida de mulheres escravizadas, quer destacando os castigos a elas impostos, quer mostrando-as como pequenas comerciantes de rua que trazem para cidades como Salvador e Rio de Janeiro algumas atividades de quitandeiras africanas.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. História. História Oral. Escravos e escravas. Angola e Brasil.

ABSTRACT – The text retraces discussions on forms of interlocution between Literature and History departing from literary texts published as poems which use anthropological research materials, whose sources are carefully referenced at the end of the book, and intend to ascribe literature the meaning of invention. In another moment, text analyses an Angolan novel which tells of facts associated to the presence of the Portuguese and Dutch in Angola in the XVII century, and two Brazilian novels describing the reality of black slave women during the Brazilian Colonial period. The analysis of the Brazilian novels aimed at discussing both the information from historians and researchers

* Doutora em Literatura Comparada pela UFMG. Professora de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Literatura Comparada da PUC Minas.

and the processes which configure, literarily speaking, the intention of describing slave women lives, either by discussing forms of their punishment or describing them as small dealers who bring to the streets of Rio de Janeiro and Salvador cities some activities of African cookie makers.

KEY-WORDS: Literature. History. Oral history. Slaves and slave women. Angola and Brazil.

No prefácio do livro *Leituras cruzados - diálogos da História com a literatura* (2000), Sandra Jatahy Pesavento, organizadora do volume, observa que o historiador, ao procurar resgatar “as sensibilidades de uma outra época, a maneira como os homens representavam a si próprios e a realidade” (PESAVENTO, 2000, p. 7) certamente recorreria à literatura, porque esta, afirma a historiadora, permitiria o acesso aos sentimentos, às emoções e a outras sensibilidades que a história tradicional poderia não levar em conta. No mesmo prefácio, a historiadora considera o fato de muitos textos literários valerem-se, de forma direta ou não, de dados da história de determinado contexto, porque as narrativas histórica e literária “se empenham neste esforço de capturar a vida, re-apresentar o real” (PESAVENTO, 2000, p. 8), ainda que cada gênero recorra a estratégias próprias para mergulhar em cenários do passado.

No prefácio de outro livro, *Pelas margens, Outros caminhos da História e da Literatura*, organizado pelos professores Edgar Salvador de Decca e Rita Lemaire, indaga-se sobre as possibilidades de se ler a história “como se fosse literatura” e de ver, na literatura, “a história que se escreve” (LEMAIRE, 2000, p. 9). A autora, ao final de seu prefácio pergunta: será isso possível?

Os dois prefácios são indicadores de aspectos da discussão sobre a fragilização das fronteiras que separam a História e a Literatura, porque, como afirmara Hayden White, no livro *The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, de 1972, só traduzido no Brasil 20 anos mais tarde, pela Editora da Universidade de São Paulo, que “o trabalho histórico [...] manifestadamente é uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (WHITE, 1992, p. 11), lançando seu

ponto de vista que remete o trabalho do historiador ao estudo da narrativa, à narratologia e aos seus pressupostos.

A observação de White valoriza o fato de o historiador, como o geógrafo e o antropólogo, a exemplo do escritor de ficção, assumir modos de narrar que são esteticamente construídos. De alguma forma fica destacada, na posição declarada por Hayden White, e assumida por vários historiadores e teóricos da literatura, que a reescrita do passado é interpretação que se constrói num determinado presente, logo, essa construção impossibilita ao historiador ausentar-se do presente para assumir, imparcialmente, o passado que investiga (ASSIS; CRUZ, 2010, p. 113). O passado só pode ser retornado a partir do que se narra sobre ele. E, nesse sentido, narrar o passado significa partir de percepções e interpretação produzidas por uma subjetividade localizada no tempo presente. Essa percepção de que narrar é interpretar o passado a partir de um ponto de vista selecionado/ escolhido por um sujeito que se pode confundir com uma pessoa ou apenas ser pensado como quem, no espaço da fantasia, cria novos eus, máscaras, personas de si mesmo por mais complexas que se possam mostrar. Como diz o teórico Wladimir Krisinsky (2007), “Não há dúvida de que o sujeito é um agente primordial da obra, que ele está representado nela, que ele é um dos seus componentes fundamentais” (p. 52).

As considerações feitas por historiadores e teóricos da literatura e do discurso, quando discutem as relações entre narrativas históricas e literárias, para insistir na ideia de que as fronteiras entre essas áreas do saber são mais fluidas do que se possa imaginar, ainda que normas severas existam, em alguns setores, para colocar em questão alguns dos pressupostos que valorizam o entrecruzar de olhares de diferentes disciplinas sobre o passado. A fragilização das fronteiras, que antes separavam as diferentes áreas do conhecimento, poderá indicar que tanto a literatura quanto a história utilizam-se de estratégias discursivas que fazem parte de um processo de organização da realidade, porque pretendem convencer o leitor sobre aquilo que está sendo narrado. Como acentua Lemaire (2000), são essas estratégias que irão valorizar tanto a narrativa histórica como a literária, ainda

que cada uma possa se valer de diferentes “processos e estratégias de organização da realidade” (p. 10) .

Os poemas e romances a serem analisados neste texto estabelecem diferentes modos de aproximação com a História. O primeiro livro dialoga com a história oral, porque nasce de pesquisas de base antropológica realizada em Angola e de estudos sobre diversas etnias africanas. Os romances dialogam de forma bem intensa com a realidade da escravatura e com o período marcado por conflitos entre portugueses e holandeses, na Angola do século XVII.

O livro *Ondula, savana branca*, do escritor Ruy Duarte de Carvalho, de Angola, publicado em 1988, propõe instituir o diálogo da literatura com produções orais de diferentes etnias africanas que foram recolhidas por etnólogos, antropólogos e pesquisadores em períodos distintos. No texto introdutório do livro, são informadas as fontes a que o escritor recorreu para selecionar o material e executar o que ele chama de “trabalho de criação poética” e “instrumento de divulgação” (p. 11). O livro pronto explicita os cruzamentos entre a intenção de dar maior divulgação a peças da tradição de culturas orais angolanas e a rasura da própria ideia de preservação que encaminhou o trabalho de pesquisa feita pelos pesquisadores. A atenção e o cuidado com o material pesquisado convive com a intenção de percebê-los como material de um trabalho que pode ser discutido em relação com a poesia de expressão oral” (p. 9). Essas misturas expressam a intenção do escritor angolano de produzir um livro que se organiza com o traço da letra, mas também com “cantos e imprecisões” (p. 10).

O fato de o escritor explicar cuidadosamente o “tratamento dispensado a vários testemunhos da expressão oral africana” (p. 9) dá ao livro uma feição híbrida, pois, nele, o material recolhido e os apontamentos feitos pelos pesquisadores citados no final expõem o esforço de reproduzir, de forma bastante fiel, o universo da oralidade. A recolha do material que, “embora revestido de uma carga poética evidente” (p. 9-10), talvez, não pudesse ser publicado como próprio ao gênero textual poema, explica o cuidado do autor ao explicar um livro que “excede o âmbito de um trabalho

de tradução”(p. 10), porque intenta preservar os traços dos povos que os criou. Por isso, o livro transita por diversos gêneros de produção escrita, ficando, portanto, rasurados os limites entre as diferentes áreas de conhecimento que o legitimam. Um livro rizomático, sem dúvida, que nega a idéia de enraizamento, embora ela esteja presente nos canto-poemas que o compõem e nas explicações dadas aos contatos intra e interculturais que a obra agencia. A intenção de divulgar o material pesquisado tensiona-se na proposta literária do livro e em sua forma rizomática com a qual “(...) *se pode descrever a identidade, que não se relaciona com raiz, mas com a relação.* (GLISSANT, 1990, p:31)”.

O ato inaugural de criação do mundo, que remete à saudação de uma origem, está em vários textos dos povos Fulani, Peul e Bambarra, acolhidos no livro em forma de poema. A força do mito transparece nos atos perpetrados para registrar o tempo das origens:

No princípio era uma grande gota de leite.

Então Doondari veio e criou a pedra.

Depois a pedra criou o ferro

O ferro criou o fogo

O fogo criou a água

E a água criou o ar.

(Carvalho, 1989, p. 14)

A intenção poética legítima a palavra que remete à criação do mundo e os versos do poema reverenciam a pedra, o ferro, o fogo, a água e o ar. Expostos no livro, os poemas se fazem celebração de uma origem, mas também abrem-se a diferentes leituras, porque as palavras passam a assumir múltiplos significados. A intenção de Ruy Duarte de Carvalho de registrar com a letra falas, provérbios, cantos e imprecações imprime um tom diferente à chamada “literatura de combate” e ao brado “Vamos descobrir Angola”, que também pode ser ouvido no livro fora das modulações de uma ordem marcadamente política que a literatura dos povos colonizados assumiu em diferentes momentos do século XX.

Fica clara a intenção do escritor, ao organizar este livro,

de dar-lhe um outro tom e outra proposta poética, assumindo o sentido afirmado por ele em entrevista dada a Michel Laban, em 1991: “a literatura angolana não poderá deixar de corresponder à especificidade sociológica angolana”. O depoimento do escritor a Michel Laban legitima a proposta do livro de mesclar a observação direta de hábitos de diferentes etnias angolanas, a pesquisa participante e a produção de uma intenção poética que extravasa dos poemas. Por diferentes recursos de produção textual, a escrita conclama gestos que remetem ao “princípio do princípio da palavra” (p.47), exibindo um processo em que se anuncia que “Cada conquista/provém de outra conquista” e a transformação advém da “fornalha do homem” (p. 48). Fica evidente, nos poemas que compõem o livro, o diálogo com textos de antropólogos e etnólogos, com a pesquisa de tradições orais, porque o processo de construção do texto exhibe a feita dos poemas e os alicerces que o sustentam, sem esconder as rasuras de limites entre o material pesquisado no convívio com etnias angolanas e sua divulgação em forma de poemas, que se fazem “testemunhos da expressão oral africana” (p. 9).

A arte de narrar está acolhida em muitos poemas que resgatam as histórias de um tempo outro: “Disse-nos a mãe, e os outros disseram: há raparigas que a chuva carrega” (p. 29); “Aconteceu há muito tempo, já, o país vivia desolado/ e decorria a guerra entre Umatiwana e Umpagazita” (p. 31). Em outros poemas, exibem-se os rituais iniciáticos dos pastores Peul, nos quais é possível ouvir a fala pastoral experiente: “Eis-me aqui/ eu sou Koumen”(p. 57) e se indicam as clareiras que devem ser percorridas pelos iniciantes.

Nos poemas de *Ondula, savana branca*, as palavras da tradição ancestral dialogam com recursos inovadores da escrita e a restauração das tradições enfocadas ajusta-se ao processo determinado pelo uso da escrita. Tudo hoje, diz Carvalho (1991), passa pela escrita e esta funciona como o móvel que impulsiona os movimentos de preservação. É pela escrita que as tradições orais podem ser expostas, abrindo-se a uma multiplicidade de olhares que constroem outras paisagens imaginárias. Transformação, neste tipo de texto, passa a ser a função mais clara dos poemas

que, ao assumirem as modulações da voz, acolhem gestos e falas na construção do texto escrito e as diferentes construções de uma história oral assumem o espaço da literatura num processo que se aproxima de uma “sutil manobra de equilíbrio entre fidelidade e liberdade”(p. 11).

O termo *cronotopo* é cunhado pelo teórico russo Mikhail Bakhtin (1988) para indicar a correlação do tempo e do espaço com o fenômeno literário. Para o teórico russo, no *cronotopo* “ocorre a fusão dos índices espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto” (BAKHTIN. 1988, p. 211). A inter-relação entre tempo e espaço caracterizaria, por exemplo, a feitura dos poemas que compõem o livro de Ruy Duarte de Carvalho, nos quais fica explícita a intenção de trazer para a produção artístico-literária um material de recolha que expressa o modo de perceber o mundo das etnias pesquisadas por antropólogos e etnólogos que as estudaram, recolhendo seus cantos, preceitos e suas imprecações que configuram a indissolubilidade entre tempo e espaço.

As considerações de Bakhtin são também pertinentes para se considerar o modo como alguns romances brasileiros e africanos se estruturam a partir do diálogo explícito com a História. Têm essa intenção explícita os romances *A gloriosa família*, de Pepetela, *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, e *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, ao procurarem se constituir como releitura de dados e relatos legitimados pela História. Todos eles retomam fatos da história da escravização dos africanos e da presença portuguesa em África e no Brasil e, cada um, à sua maneira, estabelece uma visão crítica e sarcástica, por vezes, com personagens consagrados pelos relatos históricos.

No caso do romance de Pepetela, *A gloriosa família*, o diálogo com a História é anunciado desde o subtítulo do romance, “O tempo dos flamingos”, que remete à presença holandesa em Luanda, no século XVII. O diálogo explícito com a obra *História geral das guerras angolanas*, de António de Oliveira Cadornega, fica anunciado desde o prólogo constituído de trecho do volume I da obra de Cadornega que, no romance de Pepetela, é tomado como um artifício para explicar a ambiguidade da personagem Baltazar

Van Dum, “Flamengo de Nação, mas de animo Portuguez”¹. O trecho tomado da obra de Cadornega é importante para acentuar o diálogo entre as personagens histórica e a ficcional criadas por Pepetela. Aliás, pode-se dizer que Baltazar Van Dum, sendo o mesmo no livro de Cadornega e no romance de Pepetela, veste roupas diferentes em cada um deles e tem caracterização mais irônica no romance. De alguma forma, a apresentação da personagem romanesca pelo prólogo tirado do livro de Cadornega afirma sua legitimidade e dá ao romance direito de explorar os meandros da História pelos recursos da ficção.

É importante perceber que o estatuto de veracidade dos fatos narrados parece ficar garantido pela relação intertextual da história contada no romance com os fatos narrados por Cadornega e pelo agradecimento feito por Pepetela às instituições que “subsidiaram a pesquisa necessária” à feitura do livro. Tais dados funcionam, de certa forma, como uma “prova de verdade” que legitima as informações que o leitor irá encontrar nas páginas do romance.

No entanto, já no primeiro capítulo, que remete ao ano de 1642 e ao espaço da cidade de Luanda, é-nos apresentado o narrador do romance que se anuncia como sendo propriedade de Baltazar Van Dum, já que era legitimamente seu escravo. Esse fato fica registrado, no trecho, pela repetição da expressão “o meu dono” que anuncia, desde já, o inusitado de uma estratégia narrativa de que se vale o romance. Quem contará a história é alguém que ocupa, na trama, um lugar subalternizado, mas que consegue acompanhar e descrever as ações de seu dono e, sobretudo, interpretá-las a partir do que lhe enviam as expressões do semblante de Baltazar, como se diz nesse trecho: “O meu dono saiu do gabinete do diretor tão pálido como entrou, mas com um risinho de lado que lhe fazia tremer o bigode. Por vezes o risinho era de nervosismo, hoje era de euforia” (PEPETELA, 191997, p. 11).

Fica explícita a estratégia da ironia com que se retoma, no romance, os dados da *História das Guerras em Angola*, sobretudo, os relacionados com a permanência dos holandeses em Luanda

1 - O prólogo do romance de Pepetela é retirado do tomo 1, p. 334-335 da *História Geral das Guerras Angolanas* (1680).

e com as negociações feitas pela personagem referida no texto de Cadornega, Baltazar Van Dum, entre os holandeses e portugueses. Pepetela se vale de informação dada pelo livro de Cadornega sobre o caráter de Van Dum “Flamengo de Nação, mas de ânimo português” (p.334), para criar as estratégias assumidas pela personagem, no romance, no trânsito entre os interesses dos portugueses e dos holandeses e, claro, no interesse de quem, como Baltazar, se situa entre os interesses dos dois povos para obter vantagens e prestígio.

Por vezes, o romance acentua sua proximidade com o texto de Cadornega, retomando episódios históricos, mas pontuando-os com uma intenção irônica que muito diz da intencionalidade do romance de ler a contrapelo a obra do historiador, produzindo o percurso que vai da História à estória. Ao discutir as estratégias de releitura explicitadas pelo modo como o romance *A gloriosa família* convoca os textos da história de Angola, sobretudo a obra de Cadornega sobre o período de permanência, em Luanda, dos holandeses, a estudiosa Inocência Mata afirma:

Verifica-se, em *A Gloriosa Família*, um processo de desconstrução porque se trata de uma paródica relação metatextual a que se estabelece entre o discurso do autor textual (que manipula as epígrafes) e o do narrador-personagem. Com efeito, após os capítulos anunciarem uma epígrafe anorada na historiografia oficial, toda a narrativa se desenrola sob a batuta de um narrador que se institui enquanto aporia - ‘absolutamente inverossímil, dirá Pepetela (1998: Público 1) - pois é escravo e analfabeto (MATA, 2010, p. 190).

A estratégia de construção de um narrador que é um grande observador das ações de seu dono e dos muitos contatos que se vão desenvolvendo na rede de negociações e de interesses da Luanda/Angola daquele tempo, acentua o fato de o romance encenar a história em outro tom. A construção desse narrador inusitado - que sendo “mudo de nascença”(p. 393), além de analfabeto é considerado pelo seu dono como “o mais fiel dos confidentes”, porque o que consegue ouvir ficaria preso nele como num túmulo. O inusitado narrador opera como uma estratégia de construção romanesca que valoriza modos de percepção do mundo que “têm

no ouvido e não na vista, seu órgão de recepção e percepção por excelência”, conforme afirma Miguel de Sousa Lopes (2000, p. 266).

Ao construir um narrador que, não podendo falar, porque é mudo, tem audição apuradíssima, conseguindo ouvir, sem esforço, qualquer som, qualquer palavra, mesmo se pronunciada “no mínimo entendível” (p.393), o romance acolhe feições da cultura oral e as valoriza. Tal condição faz do narrador de *A gloriosa família* um herdeiro da tradição dos que aprendem a ouvir com perfeição porque, além de pertencerem a espaços de predominância oral, estavam marcadas por condições, como a de ser escravo(a), que ratificavam a impossibilidade do direito à fala.

O romance de Pepetela, por essa inusitada personagem, ao mesmo tempo em que estabelece um diálogo explícito com o relato documental, celebra o poder da literatura de inventar mundos possíveis e situações que só podem existir no espaço, da criação. Embasando-se em consulta criteriosa da obra de António de Oliveira Cadornega, o romancista angolano se apropria de personagens e episódios acontecidos em Angola, “em tempo dos Governadores e Capitaens Geraes” (CADORNEGA, 1680, p. 3), concretizando uma forma romanesca que se constitui com apelo à ironia, embora se queira “imparcial e objetivo”, como afirma o narrador, quando ressalta a sua intenção de “relatar os fatos tal como os viveu”, acentuando uma das muitas estratégias de dissimulação de que se vale.

Nesse sentido, o romance expõe um modo de lidar com os dados informados pela *História Geral das Guerras Angolanas*, de António de Oliveira Cadornega, que permite ao subalternizado manifestar-se, porque está amparado por um pacto construído pela ficção e pelo propósito do autor de explicitar sua intenção de “narrativizar o conflito entre portugueses e holandeses de ‘um ponto de vista angolano’(MATA, 2010 p. 192). E concretiza a intenção do escritor declarada em entrevista publicada no *Jornal Público*, em 1998: “A ideia era que houvesse uma voz angolana neste conflito, que era mais entre europeus” (PEPETELA, 1998).

Ficam explícitos, na fala do escritor, alguns dos procedimentos narrativos que indicam o modo como se manifesta a “voz narrativa” por ele criada na retomada dos fatos narrados por Cadornega, mas a partir de um ponto de vista angolano e da explicação de uma intencionalidade que fragiliza os dados da obra consultada. Como informa Inocência Mata, o fato de o inusitado narrador afirmar sua imparcialidade diante da realidade observada, não o impede de emitir “juízos de valor sobre os sujeitos do seu relato” (MATA, 2010, p. 191), com um olhar lúcido sobre as personagens que, na cena romanesca, são levadas a afirmar os contornos de uma sociedade em formação.

O narrador, “o mais lúcido dos enunciantes da obra pepeteliana”, na opinião de Mata (2010, p. 191), ressalta o seu “sentido de História”, consciente da “necessidade de a alimentar”, até mesmo para desconstruir a visão de muitos europeus de que os africanos não sabiam “o que é História” (PEPETELA, 2007, p. 120). O narrador, encarnando uma espécie de consciência autoral, sabe da importância de guardar tudo que vê, percebe e ouve, estratégia que faz dele um misto de narrador e de apontador dos fatos que observa, mesmo que não saiba ler. Seria um apontador de dados a serem memorizados, guardados por quem tem memória impressionante.

Considere-se que o próprio António de Oliveira Cadornega, o autor da *História Geral das Guerras Angolanas*, é transformado em personagem no romance de Pepetela, surgindo como defensor fiel da Coroa portuguesa e também do governador Pedro César de Menezes, acusado de abandonar a cidade de Luanda, deixando-a nas mãos dos holandeses. Caracterizado como um “segundo Camões”, porque “andava sempre com um caderninho a tomar notas”(PEPETELA, 19997, p. 41), assume, na cena literária, a defesa do governador português e, por isso, mostra-se contrário à indicação de Antônio de Abreu de Miranda para governador de Luanda, ainda que, conforme nos relata Cadornega, esse fosse do agrado dos “moradores do reino” que a ele deram “a bem venida e o aplaudirão com título de Capitão mor com poderes de Governador”(CADORNEGA, 1680/1972, p. 317).

A personagem Cadornega é pintada no romance como

um dos cortejadores da bela Matilde Van Dum, a que tinha poderes sobrenaturais, e, por essa estratégia, o romance esmiúça a vida do historiador, destacando, inclusive, a sua verve literária. Como personagem do romance, Cadornega, de alguma forma, “transfigura a escrita heroica do primeiro”, porque, como acentua Wesley Correa (2015, p. 181), o historiador é levado a participar do jogo proposto pelo romance para relativizar as separações entre História e estória. Não por acaso, como personagem do romance, o Cadornega que exalta a glória das conquistas portuguesas será o que escreve inflamados poemas à Matilde, a bela filha de Baltazer Van Dum e, assim, o ardor na defesa dos feitos portugueses em

África ganha outra motivação

Intensificando-se as estratégias de reconstituição e transposição do passado colonial, particularmente, as referências ao período da ocupação holandesa de Luanda, o romance *A gloriosa família* (2010) retoma o relato histórico com a intenção de relê-lo a partir de outras lentes que permitem que o acervo histórico seja revisto por uma intenção crítica e dessacralizadora. Com essa intenção, o romance de Pepetela retoma as figuras históricas relacionadas ao tempo dos flamengos, aludido desde o subtítulo, e faz delas personagens de uma outra história que, embora ligadas ao que informam os relatos historiográficos, são postas em pauta e novos sentidos lhes são conferidos porque, no campo da invenção, explora-se a capacidade da linguagem de acompanhar signos postos em dispersão. Nesse percurso, a separação radical entre História e Ficção é fragilizada pela intenção de se criarem estórias possíveis que teriam acontecido na mesma cena histórica registrada por António Cadornega e outros historiadores portugueses.

Com a mesma intenção de retomar o passado configurado pela ocupação portuguesa em Angola, dois romances brasileiros, *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, e *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, retomam o sistema de poder instaurado pela dominação portuguesa e criam, a partir dele,

alguns tipos para colocarem em questão. Nos dois romances, a história da escravização de africanos é retomada a contrapelo, particularmente com a intenção de encenar feições e ações dos escravizados que acentuam, de maneira incisiva, formas de resistência aos desmandos da ordem que fazia deles “peça ou coisa”² necessárias ao funcionamento da sociedade escravocrata do Brasil. Nesta sociedade, significada pela intensa utilização da mão-de-obra escravizada, o trabalho era “considerado pelas pessoas livres como desonroso” (SCHWARCZ, 1996, p. 15) e, por isso, obrigação daqueles imaginados como tendo a obrigação de executá-los. Criam-se, nesse tipo de organização social, formas de imposição do trabalho aos escravizados, cujos corpos acabavam moldando-se às ordens vigentes. Liga-se a essas ordens a tipificação do escravizado como um “corpo obediente” que se contrapõe aos “corpos rebeldes” que, na cena romanesca, procuram desconstruir o sistema de horror implantado, através de castigos que iam dos mais “rotineiros aos mais especializados” (p. 15), como salienta ainda Schwarcz no referido artigo.

Várias imagens de negros e negras recriados pela história da escravidão legitimam as práticas sociais de uma sociedade em que a violência naturalizada diz respeito às formas de controle que procuram impedir as fugas e rebeliões de escravizados, mas que também ressaltam a visão de uma sociedade para a qual a necessidade do trabalho escravo justificava a criação de formas de controle rígido que não conseguiram impedir “que os escravos organizassem insurreições a despeito de suas diferenças étnicas, religiosas e mesmo jurídicas” (SCHWARCZ, 1996, p. 27).

Os romances *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro e *Um defeito de cor*, Ana Maria Gonçalves, retomam as ações de controle rígido dos escravizados, ressaltando as diferentes formas de desarranjo dessas ações, construídas pelos escravizados para abalar uma economia ancorada na visão de trabalho braçal que deveria ser produzido por homens e mulheres “trazidos forçosamente ao Brasil como ‘peças’ de uma engrenagem mercantilista que, como afirmam os estudiosos do período,

² Expressão retirada do artigo “Ser peça, ser coisa: definições e especificidades da escravidão no Brasil”, de Lilian Moritz Schwarcz (1996).

foi “um dos mais rentáveis negócios da exploração colonial” (SCHWARCZ, 1996, p. 33).

Na cena literária, ressalta-se o contexto histórico em que a mão-de-obra africana é trazida ao Brasil para se ocupar da lavoura, do trabalho nas minas de ouro e de diamante, transformando-se em mercadoria, em bem de seu proprietário, podendo ser supervisionado pela ordem que zela pelo capital empregado em sua aquisição. Nos dois romances, a imagem do(a) negro(a), cujos corpos são reeducados para a obediência e aceitação de mecanismos que visavam à transformação de seu corpo em ferramenta de trabalho, é alterada pela valorização de atitudes e estratégias que explicitam a capacidade dos escravizados de criarem formas de resistência à violência instituída como amparo ao direito que os donos de escravos tinham sobre a mercadoria humana comprada nos inúmeros mercados de escravos existentes na época.

Com o intuito de vasculhar um cenário histórico em que a violência contra os escravizados e escravizadas é naturalizada, já que amparada pelo direito do proprietário de posse de seus corpos, os romances aludem a cenas de um cotidiano significado por práticas de castigos legitimadas pelo uso de instrumentos de ferro (correntes, libambos, gargalheira, calcetas e máscaras) que cumpriam função semelhante à sinalizada pelo tronco e pelo pelourinho e pela marca de ferro em brasa aplicada no corpo dos escravizados. Todas essas formas de castigos eram naturalizadas e associadas a outras de que faziam parte as diferentes sevícias decorrentes da atração dos senhores pelas escravas, tema que está presente nos romances *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro e *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves.

Nos dois romances encena-se a perseguição dos senhores às escravas, de fato, consideradas propriedade de quem pagou por elas, o que as obrigava a uma obediência cega às ordens recebidas. Nos dois romances, o estupro de mulheres escravizadas é descrito com detalhes e permite atentar para o modo como a Casa Grande se relacionava com a Senzala, fazendo uma crítica explícita à convivência *harmoniosa* entre esses dois espaços, conforme afirmou Gilberto Freyre. No romance de João Ubaldo

Ribeiro, fica denunciada, de acordo com Eneida Leal Cunha (2006, p.84), a “harmonização das relações entre o colonizador e a coisa colonizada” e explicitada a violência que os rituais de dominação legitimaram, a ponto de essa mesma violência poder ter sido reposta, em representações e em discurso, como as regras da ‘cordialidade’, que cimentariam as relações” sociais e histórias entre etnias” (CUNHA, 2007, p. 10 - 11) e que permitiriam identificar, no dizer da estudiosa, “uma outra perspectiva, historicamente datada, do discurso identitário” (p. 11) brasileiro.

Em *Viva o povo brasileiro*, a selvageria da posse da escrava Vevé pela violência fica configurada com o uso de palavras e expressões com que se expressa o horror de quem está na condição de escravizada. A cena explora um léxico da violência e da subjugação da mulher para acentuar a impossibilidade de a escrava fugir à condição aviltante imposta por Perilo Ambrósio, o Barão de Pirapuama, para selar seu direito de dono sobre as peças adquiridas. A negra escravizada, com “o rosto em brasa e o meio das pernas não molhado, mas seco, ardido e estraçalhado” (p 133), sente nojo e desespero. O corpo responde com engulhos, nojo e câimbras à sujeira que nem a água poderia lavar, e à humilhação que desnuda uma condição que dá ao dono direito de usá-la como quisesse. O corpo da escravizada responde a esse direito. que a torna “suja, muito suja, suja de todas as maneiras” (p. 135). com vômito e choro resultantes da constatação de que era mesmo objeto, coisa imprestável, nas mãos do dono. A visão abjeta que a escrava tem de si mesma fica expressa pela reação muda ao ato em que se selava, com crueldade e sadismo, os códigos de submissão impostos aos escravizados pelo sistema e ratificados pelos que zelam por ele. Por isso, não se estranha que o feitor Almério aconselhe Vevé a assumir o que a sua situação determina: “Olhe, eu sempre disse a todos os negros, todas as negrinhas como tu, que a única coisa a aprender é a obediência” (p. 136). As palavras desse feitor, no romance de João Ubaldo Ribeiro, selam, por assim dizer, a sua aceitação de um sistema que usa a violência como forma de legitimar o poder dos proprietários sobre as peças vindas da África.

Em outro momento, o romance *Um defeito de cor*, de Ana

Maria Gonçalves, retoma o cotidiano de servidão legitimado pela ordem social escravocrata que predispôs a mulher escravizada a sofrer diferentes formas de violência dentre as quais o estupro, considerado como normal. Não por acaso, o romance de Ana Maria Gonçalves retoma o estupro da escrava Vevé, em *Viva o povo brasileiro*, para expor as normas que legitimavam a obediência e a submissão dos escravizados aos seus donos e que se justificava na visão do castigo como forma de controle e de intimidação, e a exploração sexual como direito de quem zelava pela integridade da família branca e proprietária.

Com a intenção de denunciar as normas desse sistema, o romance se apropria da cena do estupro de Vevé para contar a história da escrava Kehinde que chega ao Brasil, depois de ter sido capturada ainda criança na África. Ao ser vendida, é estuprada de forma extremamente cruel por seu dono que, a exemplo do Barão de Pirapuama em *Viva o povo brasileiro*, a assediava como fazia com as escravas jovens e bonitas que adquiria. Tal como o Barão de Pirapuama, José Carlos Gama, dono da escravizada Kehinde, considera que “a virgindade das pretas que ele comprava pertencia a ele” (p. 170) e, para assegurar esse direito, opta por possuir a negra diante do escravo Lourenço que ousara impedir que o dono a usasse anteriormente. Sela-se, na cena construída por Gonçalves, tanto o direito do uso do corpo das escravas jovens por seus donos, quanto o do castigo visto como uma das práticas do sistema escravocrata que asseverava o direito do dono que pagara pelo(a) escravo(a).

Por outro lado, o romance de Ana Maria Gonçalves retoma a tradição dos escravos(as) de ganho no Brasil, atestada por historiadores e por estudiosos como uma característica da escravidão urbana no Brasil do século XIX. Essa tradição é tema do romance *A casa da água*, de Antônio Olinto, citado como obra de referência em *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. Relendo diferentes obras de ficção e de conteúdo teórico, *Um defeito de cor* registra as mudanças do tipo de ocupação dos escravizados e escravizadas no cenário urbano para demonstrar que essa mudança não alterava, significativamente, a relação entre senhores e escravos, uma vez que trabalho era, como já dito, “coisa

de preto”, característica de uma sociedade em que todo trabalho subalterno era feito por indivíduos escravizados, considerados uma verdadeira força-motriz da máquina que impulsionava o Brasil e que fazia do país o mais dependente da escravidão negra do continente americano, conforme acentua Manoela Carneiro Cunha (1985).

O grande número de carregadores, vendedores e vendedeiras, no Rio de Janeiro e de outras cidades do Brasil do século XIX, destaca o trabalho dos escravos de ganho que exerciam atividades lucrativas na rua, tendo de repassar a seus donos o dinheiro obtido com as vendas, porque o(a) escravizado(a) continuava a ser propriedade dos donos, mesmo dos bastante empobrecidos. Como informa a historiadora Cíntia Genestra, no artigo “Escravo de ganho: uma nova abordagem da escravidão (2010, p. 6),

[...]com o seu desprezo pelo trabalho manual, esta sociedade atribuiu a esta camada social bastante numerosa, que considerava inferior, na estrutura comercial e de serviços públicos, funções vitais para o funcionamento da cidade, como acender a iluminação noturna, o saneamento da cidade, a distribuição de água, mercadorias e alimentos para serem vendidos pela cidade, colaboraram até mesmo com estudos de pesquisadores naturalistas estrangeiros (GENESTRA, 2010, p. 7).

A presença de mulheres negras vendedoras nas ruas de cidades como Rio de Janeiro e Salvador está destacada em vários quadros de Juan-Baptiste Debret que assinala em seus registros artísticos a visão que tem das ruas da cidade do Rio de Janeiro, onde negros e negras vendiam água, comida, panelas e badulaques, já que todo serviço braçal, nas casas e nas ruas das cidades, eram também feitos por eles. Debret chama a atenção para o fato de os escravizados(as) serem responsáveis por todo o serviço braçal já que os donos, mesmo empobrecidos não carregavam objeto algum nas mãos e/ou nos braços. Em vários quadros do artista, essa característica está ressaltada, bem como o fato de as mulheres negras serem as que vendem angu, pastel, mocotó, milho verde, banha para cabelos e até plantas, como a arruda, para a preservação do mau olhado. O modo como escravizados e escravizadas ocupam praças e ruas de cidades

como Rio de Janeiro e Salvador, no século XIX, propicia conhecer melhor o cenário dessas cidades na época da escravidão, muitas vezes enriquecido com referências minuciosas sobre esse tipo de atividade comercial desenvolvido por negros e negras no Brasil colonial.

A atividade comercial desenvolvida no Brasil pelas escravas de ganho nas ruas e praças de cidades como Salvador e Rio de Janeiro está destacada no romance *Um defeito de cor* que, além de se fundamentar com pesquisa histórica e antropológica, enriqueceu-se com estudos sobre diferentes ocupações desempenhadas por mulheres escravizadas no Brasil escravocrata. Através da personagem Kehinde, o romance destaca serem transportadas para o Brasil tradições do continente africano determinadas por uma rígida divisão sexual do trabalho. Segundo essas tradições, as mulheres eram responsáveis pelo preparo das comidas, pelo comércio de produtos agrícolas, alimentos e variadas mercadorias. A historiadora Selma Pantoja, afirma que as *kitandas* e as *kitandeiras* são instituições e práticas que existiam na África antes de serem transportadas para o Brasil. É nesse sentido que assinala que, transportadas para o Brasil pelo comércio de escravos e escravas, as *quitandeiras* passaram a ocupar pontos de ruas em cidades como o Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e até no estado de Minas Gerais. É a historiadora que acentua que

[...] mulheres negras, escravas, forras e livres armavam seus tabuleiros nas ruas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo Minas Gerais, vendendo produtos alimentícios e utilidades para o cotidiano dos habitantes. À primeira vista, já se diferenciavam das angolanas pela diversidade de trajes e adornos. Afinal, o fluxo de pessoas no Brasil colônia era de origem muito diversificada: vinha gente de todas as regiões africanas (PANTOJA, 2008. p. 3).

A prática das “mulheres negras, forras e livres” está presente no romance de Ana Maria Gonçalves, no qual a autora faz de Kehinde, a protagonista, uma das mulheres africanas conseguem “exercer atividade na rua a qualquer hora do dia” (p. 241), profissão que revela feições da escravidão no Brasil e os modos de ocupação de escravos e escravas no seu cotidiano, particularmente

em espaços urbanos.

A descrição da presença das mulheres vendedoras no cotidiano de Salvador é referência importante no romance *Um defeito de cor* que descreve com riqueza de detalhes a presença de mulheres vendeiras nas ruas, comparando-as com a quase ausência de mulheres brancas nos mesmos espaços, porque estas, na maioria das vezes, só podiam ser vistas “dentro de cadeirinhas de arruar e das liteiras, protegidas por cortinas e janelas” (p. 242). Na rua, só mulheres pretas e mulatas, como, aliás, está ressaltado por Jean-Baptiste Debret em suas iconografias sobre a cidade do Rio de Janeiro, no século XIX que ilustram o modo de vida das mulheres brancas e a tradição das negras vendedoras, tanto as que iam de porta em porta, oferecendo seus quitutes e produtos, quanto as que ficavam em lugares fixos, porque ali mesmo produziam os alimentos que vendiam. Debret destaca, em seus escritos sobre o Brasil, o fato de os brancos considerarem desprezível “quem na rua se mostra com pacotes nas mãos, por menores que sejam” (DEBRET, p. 216), o que explica a quantidade de escravos carregadores que ele viu nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

A personagem Kehinde, de *Um defeito de cor*, tanto explora a venda de comida em lugares fixos da cidade de Salvador, quanto inicia a venda dos *cookies*, “ao lado do tabuleiro da Adeola”(p. 248), valendo-se até mesmo do costume de “disputar fregueses no grito, como faziam os vendedores que não tinham ponto fixo” (p. 248). Kehinde experimenta o comércio de loja, consegue ter uma rendosa padaria e, quando retorna à África, será proprietária e gestora de vários tipos de comércio, inclusive de uma pequena construtora, a *Casas da Bahia*, que ficava no centro da cidade de Uidá, na Nigéria.

Além de registrar as ações desenvolvidas pelos que foram trazidos da África ao Brasil, o romance *Um defeito de cor* retoma dados acentuados pela história da Revolta dos malês, os nagôs islamizados que pertenciam a sociedades africanas “muito desenvolvidas, politicamente independentes, complexas, economicamente avançadas, originárias de um alto nível de civilização” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 91). Estrategicamente, como relata o romance de Gonçalves, o islã, no

Brasil, mesclou diferentes grupos étnicos, embora guardasse seus princípios fundamentais, para organizar a luta que transformaria “São Salvador em uma nova Meca, a nova terra de Alá” (p. 518). Assim, no romance *Um defeito de cor* retomam-se dados da Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador em 1835, e são referidas figuras importantes desse movimento como os líderes Luís Sanin, Manuel Calafate, Licutan, Elesbão do Carmo (Dandarà), Dassalu e Nicobé (p. 508), nomes registrados por Munanga e Gomes, (2006) no estudo que fazem sobre a Revolta dos Malês, dando um especial destaque ao líder Licutan, que, segundo eles, chegou ao Brasil “entre os milhares de iorubas trazidos para cá como escravos, no início do século XIX” (MUNANGA;GOMES, 2006, p. 96).

Os nomes referidos por Munanga e Gomes são recordados pela protagonista Kehinde, em *Um defeito de cor*, quando esmiúça detalhes da rebelião de que participara, para informar ao filho desaparecido os esforços dos que lutaram para implantar no Brasil uma sociedade mais humana. Não se pode esquecer que Kehinde, no romance de Gonçalves, é ficcionalmente criada a partir do que se sabe sobre a lendária Luísa Mahin, considerada mãe do poeta Luís Gama.

Faz-se pertinente considerar a significação dos romances *A gloriosa família*, *Viva o povo brasileiro* e *Um defeito de cor*, enquanto projeto de reler a história dos conflitos entre portugueses e holandeses, em Angola, registrada pelo historiador António de Oliveira Cadornega e a história da escravidão de africanos no Brasil, mormente relativo ao abuso das escravizadas por seus donos e o desempenho de muitas mulheres como vendedoras e quitadeiras. Os três romances, porque inscritos numa vertente literária que busca dessacralizar verdades instituídas e expor processos de intercâmbios entre história e literatura legitimam uma outra versão dos fatos referidos por historiadores dos períodos encenados pelo romance.

A proposta dos romances é valorizar estratégias desenvolvidas pelos escravizados(as) para desestruturarem formas de silenciamento num mundo significado por donos do corpo e do trabalho que os escravizados executavam. Ainda

que assujeitados pela dureza do trabalho e pela brutalidade de castigos desumanos, muitos escravizados e escravizadas conseguiram dar corporeidade aos vestígios, lembranças e ecos de vidas vividas em terras distantes e mesmo se expressarem num contexto em que a palavra é interdita ao escravizado. Talvez, por isso, seja tão inovadora a criação do narrador do romance *A gloriosa família*, porque, mesmo não podendo falar de fato por ser mudo, vence a interdição com a astúcia de quem tem uma audição impressionante e uma memória capaz de guardar todos os detalhes do que observa.

Os vestígios e memórias guardados pelos que não puderam expressar, na realidade histórica a que pertenceram, afloram nas páginas dos romances analisados para revelar facetas da realidade angolana, palco dos conflitos entre portugueses e holandeses, no século XVII, e da realidade vivida por mulheres africanas trazidas para o Brasil como escravas. Os fatos dessas realidades, por vezes não registrados nas narrativas de historiadores e estudiosos, são resgatados pela literatura e por atores que, assumindo negociações várias e inusitadas estratégias, ampliam as possibilidades de acesso ao mundo significado pelas ações dos que foram silenciados.

Referências:

ASSIS, Gabriela Lima de; CRUZ, Marcus Silva da. Desconstruindo a História: Hayden White e a escrita da narrativa. *Revista Mosaico*, v.3, n.1, p.111-118, jan./jun. 2010, p. 111 - 118.

CARVALHO, Ruy Duarte de. *O hábito da terra*. 2a. ed. Luanda: UEA, 1989.

CARVALHO, Ruy Duarte de. Entrevista a Michel Laban. In: Angola, Encontro com escritores. V. 2. Porto (Portugal): Fundação Eng. António de Almeida. 1991, p. 693 - 708.

CORREIA, Wesley Barbosa. *Representações histórico-ficcionais de Angola: uma leitura de A gloriosa família, de Pepetela e Nação crioula, de José Eduardo Agualusa*. Salvador: UFBA/CEAO, 2015. (Tese inédita).

CUNHA, Eneida Leal. *O imaginário brasileiro: entre a genealogia e a História*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006

CUNHA, Eneida Leal. Viva o povo brasileiro: História e Imaginário. Portuguese Cultural Study. *Spring*, 2007.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tomos 1º, 2º e 3º. São Paulo/Belo Horizonte, Editora da Universidade de São Paulo/ Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1989.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Bordas margens e fronteiras: sobre a relação entre história e literatura. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 91 -192, 2o. sem. 1997.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens do negro na cultura brasileira. In: *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 87-115.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. O negro na cena literária brasileira e afro-brasileira. In: MACHADO, Rodrigo (Org.). *Atas do I Simpósio de Literatura negra ibero-americana*. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR. 2014, p. 43 - 57.

FARIA, Sheila de Castro Faria, “Mulheres forras: riqueza e estigma social”, *Tempo*, Niterói, v. 5, n. 9, jul. 2000, p. 65-92;

GENESTRA, Cíntia. Escravo de ganho: uma nova abordagem da escravidão. In: *Para entender a história...* ano 1, volume 10, série 28/12, 2010, p.01-09.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

GLISSANT, Eduard. *Le discours antillais*. Paris: Éditions Du Seuil, 1981

HUTCHEON, L. *Poética do Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética- A teoria do romance*. Trad. Aura Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Editora Hucitec/UNESP, 1988.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos de no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOPES, José de Sousa Miguel. *Cultura acústica e letramento em Moçambique: em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural*. Tese de Doutorado em “Educação: História, Política, Sociedade”, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fevereiro de 2000.

MATA, Inocência. *Ficção e História na literatura angolana - O caso de Pepetela*. Luanda: Mayamba. 2010.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

NOVAIS, Fernando; SOUZA, Laura de Mello e Souza. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 .

OLINTO, Antônio. *A casa da água*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

PANTOJA, Selma. “A dimensão atlântica das quitadeiras”: In: Júnia Ferreira Furtado. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português*, Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2001, p. 45-67.

PANTOJA, Selma. Da kitanda à quitanda. *Revista de História*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/da-kitanda-a-quitanda/9/122/2008>. Acesso em 27/04/2015.

PESAVENTO, Sandra Jathay, *Leituras cruzadas - diálogos da História com a literatura* (2000).

PESAVENTO, Sandra Jathay . História & literatura: uma *velha-nova* história », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 28 janvier 2006, consulté le 30 avril 2015. URL : <http://nuevomundo.revues.org/1560> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.1560

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1984.

SANTOS, Orlando. Mamãs quitadeiras, kinguilas e zungueiras: trajectórias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda. *Revista Angolana de sociologia (RAS)*. Disponível em <http://ras.revues.org/510?lang=en> Acesso em 12 de Maio de 2015.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. “Ser peça, ser coisa: definições e especificidades da escravidão no Brasil”. In: Lilian Moritz Schwarcz; Leticia Vidor de Sousa Reis (Orgs.) *Negras imagens*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 11 - 30.

SOUSA, Noémia. “Negra”; “Se me quiseres conhecer”. In: *Sangue Negro*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2001, p. 49 - 50; 76 - 77.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. José. L. de Melo. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995, p. 17-56.